



<b>Veículo:</b> O Liberal		
<b>Data:</b> 11/04/2018	<b>Caderno:</b> Atualidades	<b>Página:</b> 07
<b>Assunto:</b> Barcarena		
<b>Tipo:</b> Notícia	<b>Ação:</b> Espontânea	<b>Classificação:</b> Neutra

# Câmara Federal vai investigar a Hydro

## BARCARENA

### Presidente da Casa autorizou instalação de CPI sobre desastres ambientais

Da Redação

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), autorizou no fim da tarde de ontem a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e punir responsáveis pelo vazamento de rejeitos por parte de empresas de mineração no polo industrial localizado no Pará. A informação foi passada pelo próprio democrata aos deputados membros da Comissão Externa de Rejeitos de Mineração em Barcarena, que protocolaram no último dia 26 de março, o pedido de abertura dessa CPI.

De acordo com Arnaldo Jordy (PPS-PA), proponente dessa CPI, o presidente da Câmara Federal deu prioridade a instalação desse colegiado diante

da gravidade que ela envolve. Outras três solicitações de CPIs que estavam à frente do pedido de investigação do desastre ambiental de Barcarena, vão ficar para outro momento, segundo o despacho de Rodrigo Maia. O pedido de CPI, que recebeu 183 assinaturas, tem ainda como coautores os deputados Edmilson Rodrigues (PSOL), Elcione Barbalho (PMDB) e Delegado Éder Mauro (PSD).

Ontem, em Belém, a CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) colheu depoimentos sobre o impacto que metais pesados podem causar à saúde humana e os possíveis efeitos sobre as comunidades vizinhas à empresa Hydro Alunorte. A pesquisadora do Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Simone Pereira, coordenadora de um estudo que detectou a presença de metais pesados bem acima do normal no corpo de 300 pessoas por meio de exames feitos no cabelo, disse que a presença de metais na população é a mais

grave questão a ser analisada pela CPI.

“As pessoas devem de fato ser encaminhadas”, reforçou Simone. “Muitas já faleceram por câncer e é preciso que se faça um estudo médico dessas pessoas pra saber se morreram ou estão contaminadas por estes metais”. Ela comparou os primeiros estudos do Laquanam na região que atingiram níveis muito mais baixos de alumínio no meio ambiente. Hoje, explicou, as análises revelam valores 50 vezes maiores na água. Os exames foram entregues ao presidente da CPI, deputado Coronel Neil, por determinação do relator, deputado Celso Sabino.

Também prestou depoimento ontem o médico Antonio Marcos Miranda, do Instituto Evandro Chagas. Ele reiterou que são necessários estudos mais profundos sobre o real quadro da saúde humana em Barcarena. Segundo ele, são necessários estudos de longo prazo para verificar os possíveis impactos dos metais pesados nas pessoas. Ele disse que não tinha conhecimento



sobre o estudo feito na população em Barcarena, mas que os metais pesados podem até levar ao óbito, pelo tempo de exposição e a vulnerabilidade do grupo, como grávidas, idosos e crianças.

De acordo com a presidente da Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama), Maria do Socorro, que também depôs ontem, muitas pessoas estão doentes na comunidades, com feridas pelo corpo, problemas gástricos e até câncer. “Eu tenho uma mancha no rim. O meu marido morreu com câncer no estômago. Ele adquiriu diabetes e perdeu a perna. As crianças já nascem com deficiência. Meu neto nasceu com bucho pra fora dentro da mãe. Depois de 10 dias ele morreu”, listou.

A líder comunitária indicou ainda a necessidade de a CPI investigar a aprovação do Plano Diretor de Barcarena, que permitiu a instalação da DSR2. Ela disse que a mudança no Plano Diretor fez com que moradores de áreas quilombolas começassem a ser cobrados no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Os deputados votarão em reunião interna a convocação de um ex-vereador de Barcarena, conhecido por Professor Júnior, que teria denunciado irregularidades na

época da aprovação do Plano Diretor, o prefeito de Barcarena e o secretário Municipal de Meio Ambiente de Barcarena. Socorro confirmou ainda que nem todas as pessoas atingidas pelo desastre ambiental da Hydro estão recebendo água potável.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Carlos Bordalo, informou que fará uma visita na próxima segunda-feira, às 15h, em Barcarena, para verificar estas denúncias. A CPI irá convidar ainda o procurador do Estado, Ophyr Cavalcante, para falar sobre como serão investidos os R\$ 150 milhões que a Hydro deverá pagar ao Governo do Estado. Os deputados pretendem cobrar que o Governo invista o recurso nas comunidades atingidas.



Em Belém, deputados da CPI de Barcarena se concentraram nos **efeitos** causados pela presença de metais pesados